

DOM-Seg-TER-QUA-QUI-SEX-SÁB  
 DIA DA ANCO da SEMANA

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

# O alto comando da Constituinte

ILARA VIOTTI  
 Da Editoria de Política

A próxima e decisiva rodada na Constituinte — a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) na Comissão de Sistematização — será assistida de longe pela maioria dos constituintes. Nesta fase só terão direito a voto os 93 membros da sistematização — 16,6% dos 559 deputados e senadores encarregados pelos eleitores de elaborar a nova Constituição. Juntos, os "sistematizadores" têm cerca de 31 milhões de votos (veja quadro). Em comum, têm o fato de terem sido indicados pelas lideranças partidárias para elaborar e voltar uma parte substancial do texto constitucional.

Esta versão da "Comissão dos Notáveis" contra a qual lutaram muito, no início dos trabalhos constituintes, os parlamentares progressistas e os "novatos" (que estão em seu primeiro mandato), é, afinal, um grupo que mantém características bastante próximas do conjunto da Constituinte. Tem os bem votados senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB) e deputado Luis Ignacio Lula da Silva (PT), ambos de São Paulo. Tem também os menos votados, como o senador José Ignacio Ferreira (PMDB/ES), eleito em 1982 com 186 mil votos, número pouco expressivo para uma eleição majoritária, e o deputado Adolpho de Oliveira, do PL do Rio de Janeiro, que somou irrisórios 8.920 votos num estado com um dos maiores eleitorados do País. Adolpho de Oliveira foi indicado pelo PL a pedido do próprio relator Bernardo Cabral, de quem é amigo íntimo.

Notável entre os notáveis, o presidente da Comissão, senador Afonso Arinos (PFL/RJ) foi muito bem votado — teve 1 milhão de votos e é o que se pode chamar de um fenômeno eleitoral. Não fez campanha, raramente foi visto em eventos públicos antes de 15 de novembro e conseguiu ter 40% de seus votos vindos dos eleitores de Ipanema, um bairro onde há muitos jovens, conhecido nacionalmente pela irreverência nos costumes e usos. O relator Bernardo Cabral teve 41 mil votos no Amazonas, e se esforçou muito para consegui-los. Participou intensamente de sua campanha, baseada, segundo um assessor próximo, "em muitas reuniões nos bairros, em conferências a diversas categorias profissionais e um programa intenso de visitas a famílias e comunidades".

Como todo retrato fiel que se preze, a Sistematização tem entre seus componentes os que gostam de participar dos trabalhos e os que preferem esperar para ver como as coisas ficam. As 35 reuniões que a Comissão realizou desde sua instalação indicam bem quem pertence a qual time. O 1º vice-presidente, deputado Aluizio Campos (PMDB/PB), não perdeu nenhuma reunião. "Ele adora presidir as sessões" — repara um funcionário da Sistematização. Campos é bastante atuante. Além de presidir as reuniões na ausência do senador Arinos, ele não deixa passar as oportunidades de fazer um pronunciamento.

REPRESENTATIVIDADE

Ao indicarem os membros da Sistematização, os líderes partidários tomaram o cuidado de manter a proporcionalidade das representações de estados e partidos. Há no entanto, distorções. O Partido dos Trabalhadores, por exemplo, tem, na Constituinte, 16 parlamentares — 2,8% dos 559 membros da ANC. Na Sistematização, o PT tem 02 membros, uma proporção que cai para 2%. De outro lado, o PFL tem proporcionalmente mais representantes na Sistematização — 25,8% do total — que na Constituinte, onde conta com 23,7% dos constituintes. O PMDB também tem menos, em termos proporcionais, na Sistematização — 52,6% — que na Constituinte como um todo — 54,3%.

Cinco Estados (Acre, Rondônia, Amapá, Sergipe e Rio Grande do Norte) e os dois territórios (Amapá e Roraima), não foram convidados a participar da Sistematização. Os estados melhor representados na Constituinte são também os mais bem colocados na Comissão: "São Paulo tem 11,2% dos constituintes e 13,9% dos membros da Sistematização. Minas Gerais é melhor representado na Constituinte — 10,7% — que na Sistematização — 10%. Nos outros estados a proporção é mantida, com pequenas variações (veja quadro).

Os suplentes da Sistematização são muito ativos. Nenhum deles deixou de comparecer a pelo menos uma reunião (como o senador Itamar Franco) e alguns chegaram a ir a 23 reuniões, mesmo que o quorum já estivesse assegurado. O suplente Paes Landim (PFL/PI) foi a 23 reuniões da Comissão. A média de comparecimento dos suplentes às reuniões é quase igual à média de frequência dos titulares.

Os artigos que saírem aprovados da votação da Sistematização estarão com um pé bem colocado no texto definitivo da nova Constituição. A maioria absoluta na Comissão, 47 votos, é muito menor que o número de votos necessários para compor a maioria no grande plenário da Constituinte, 280 votos, que se reúne a partir do dia 20 de setembro.

GIVALDO BARBOSA



Cúpula da Comissão: Cabral (relator), Campos (vice) e Arinos (presidente)



Fernando Henrique, líder do PMDB, um dos auxiliares do relator Bernardo Cabral é o mais bem votado integrante da Comissão de Sistematização, onde se alinha com a esquerda, apesar de sua moderação



Adolpho de Oliveira é líder do PL e relator-adjunto de Cabral. Deputado de menor votação na Comissão, destaca-se pela sua prática política e também pela experiência e lealdade, embora poucos represente

Conservadores são a maioria

A julgar pela composição ideológica da Comissão de Sistematização, os constituintes conservadores levarão folgada vantagem nas votações a partir do dia 10. Na distribuição dos partidos pela Comissão, as legendas mais identificadas com as teses conservadoras foram favorecidas, como PFL, enquanto que os partidos de esquerda tiveram sua proporcionalidade levemente diminuída em relação ao conjunto da Constituinte, caso da PT e do próprio PMDB.

Dos 24 pefelistas que compõem a Sistematização, pelo menos 22 estão colocados, nos diversos levantamentos realizados por entidades de "lobby" como pertencentes ao centro ou à direita. Os dois deputados que vêm defendendo teses mais progressistas, no PFL, são Alceci Guerra, do Paraná e José Jorge, do Espírito Santo. Os 24 pefelistas da Bahia são quase todos identificados com o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães — que não abre mão da defesa das posições mais conservadoras, em todos os temas discutidos na Constituinte.

O PT tem menos peso na Sistematização que na Constituinte. Seus dois representantes — Lula e Plínio Arruda Sampaio, ambos de São Paulo, somam-se a uma boa parte dos 49 peemedebistas que desejam uma Constituição mais avançada em termos sociais. O PMDB na Sistematização está dividido praticamente ao meio entre progressistas e conservadores, mas estes levam uma vantagem de pelo menos 5 votos em relação àqueles.

Os pequenos partidos, em sua maioria, têm uma posição, na Sistematização, "melhorada" em relação ao corpo da Constituinte. Os três constituintes do PCB por exemplo, têm menos peso na Assembleia que o seu único "sistematizador" Roberto Freire, da Bahia, tem na Comissão de Sistematização. O mesmo acontece com o PC do B e o PSB.

As avaliações de tendência de voto na Sistematização estão sendo feitas por muitos organismos, a pedido de grupos de pressão. Há pequenas variações nestes estudos, mas todos concordam em que há no mínimo 50 conservadores, contra no máximo 40 "progressistas". Cada voto, na Sistematização, é pouco mais que um por cento do total de votos a serem computados — os conservadores certamente estão tranquilos quanto ao resultado final de seus esforços.

No dia 10, quando começarem a votar, os membros da Sistematização não terão surpresas. Os grupos já estão formados, os votos praticamente fechados para os diversos temas. Aos progressistas, consola o velho ditado: "barriga de mulher e boca de urna só se sabe o resultado depois de abrir". (I.V.).

**OS ESTADOS NA COMISSÃO**

UNIDADE	NA SISTEMATIZAÇÃO		NA CONSTITUINTE	
	Nº	%	Nº	%
AC	—	—	11	1,9
AM	01	1,7	11	1,9
RO	—	—	11	1,9
PA	05	5,3	20	3,5
MA	02	2,1	21	3,7
PI	01	1,7	13	2,3
CE	03	3,2	25	4,4
RN	—	—	11	1,9
PB	03	3,2	15	2,6
PE	12	12,9	28	5,0
AL	01	1,7	12	2,1
SE	—	—	11	1,9
BA	11	11,8	42	7,5
ES	02	2,1	13	2,3
RJ	11	11,8	49	8,7
MG	10	10,7	56	10,0
SP	13	13,9	63	11,0
GO	02	2,1	20	3,5
DF	01	1,7	11	1,9
MT	01	1,7	11	1,9
MS	01	1,7	11	1,9
PR	04	4,3	33	5,9
SC	02	2,1	19	3,4
RS	07	7,5	34	6,8
AP	—	—	04	0,7
RR	—	—	04	0,7

**OS NÚMEROS POR PARTIDO**

PARTIDO	NA SISTEMATIZAÇÃO (TOTAL: 93)		NA CONSTITUINTE (TOTAL: 559)	
	Nº	%	Nº	%
PMDB	49	52,6	304	54,3
PFL	24	25,8	133	23,7
PDS	6	6,4	37	6,6
PDT	03	3,2	26	4,6
PTB	03	3,2	19	3,3
PT	02	2,1	16	2,8
PL	01	1,07	07	1,25
POC	01	1,07	06	1,07
PC do B	01	1,07	05	0,89
PCB	01	1,07	03	0,53
PSB	01	1,07	02	0,35
PMB	01	1,07	01	0,17

## Grupos examinam substitutivo durante todo o fim de semana

Curto prazo fixado pelo cronograma para apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), obrigou os vários grupos que estão atuando em bloco na Constituinte a trabalhar ininterruptamente neste final de semana. Os dois grupos mais atuantes, o dos "32" coordenado pelo senador José Richa (PMDB/PR), e o Consenso, do deputado Euclides Scalco (PMDB/PR), se dividiram em subgrupos que já estão fazendo a revisão do substitutivo, artigo por artigo, de acordo com temas específicos.

Ontem o grupo de Richa já havia concluído três capítulos, a Organização do Estado, Poder Judiciário e Ministério Público, constatando que não será necessário apresentar emendas propondo modificações substanciais. "O substitutivo de Cabral foi muito inspirado no Hércules, por isso concordamos com cerca de 95% do texto", revelou o deputado Konder Reis (PDS/SC), integrante do subgrupo encarregado de estudar a Reforma Agrária e Judiciário.

**MANDATO PARA O DF**  
 A duração dos mandatos de deputado e governador do Distrito Fede-

ral, segundo o senador Maurício Corrêa (PDT/DF), foi um dos pontos que os integrantes do "Grupo dos 32" decidiram alterar. De acordo com o substitutivo de Cabral, na parte da Organização do Estado, os parlamentares e o governador de Brasília seriam eleitos para um mandato de 5 anos, mesma duração do mandato presidencial, o que segundo os membros do grupo não se justifica, uma vez que em todos os demais Estados os mandatos parlamentares e do governador têm duração de apenas 4 anos. Assim, uma das emendas do grupo, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG) irá propor que os parlamentares e governador do Distrito Federal sejam eleitos para um mandato de apenas 4 anos.

No capítulo do Poder Judiciário, o "Grupo dos 32" irá apresentar emendas pedindo a supressão do artigo 140, que prevê a criação dos chamados "decretos legislativos", com o encaminhamento pelos tribunais ao Congresso Nacional das súmulas da jurisprudência predominante, para serem votadas e transformadas em lei. Esta proposta foi inserida no texto de Cabral a partir de uma



Grupo de Richa concorda com quase todo texto

sugestão do senador José Ignacio Ferreira, um dos relatores-adjuntos que cuidaram do Judiciário na elaboração do substitutivo. A intenção do relator era agilizar a tramitação dos processos no Judiciário, mas os integrantes do "Grupo dos 32" não consideram que seja matéria constitucional.

— Esta é uma questão que se exaure no Judiciário, e na Constituição ocuparia 3 dispositivos, por isso decidimos pela sua supressão — argumentou o senador Maurício Corrêa.

Se depender do grupo de Richa, pouca coisa será mudada também no terceiro título revisado

ontem, o Ministério Público. "Faremos apenas algumas correções técnicas, nada de substancial", disse o deputado Konder Reis. Mas a tendência entre a maioria de seus membros, é pela supressão do artigo que cria a figura do "defensor do povo".

Os temas polêmicos, como Reforma Agrária e Anistia só serão atacados hoje em reuniões marcadas para todo o dia na Fundação Israel Pinheiro. O deputado Euclides Scalco tentou reunir o "Grupo Consenso", mas não conseguiu por que muitos estavam viajando, devendo retornar hoje.

Calendário das emendas populares

A Constituinte encontra-se agora na sua segunda fase. Enquanto os constituintes emendam o projeto apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, as entidades que patrocinaram emendas populares defendem-nas perante o plenário da Sistematização.

Para a próxima semana, o calendário de defesa das emendas populares é o seguinte:

- 31/08 — segunda-feira — 19h às 23h
- Forças Armadas, por Gisela Mendonça
- Supremo Tribunal Federal, por Antônio Morimoto
- Juizado de Instrução — José Freire
- Polícia Rodoviária Federal — por Ulysses Guedes
- Desarmamento Nuclear, por José Goldemberg
- Mediuinidade, por Milton Felipe
- Assistência Espiritual, por Augusto César Vanucci
- 01/09 — terça-feira — de 10h às 13h30m
- Participação popular (3 emendas), por Dalmo Dallari, José Paulo Bisol e José Gomes Pimenta
- Voto Proporcional — por João Bosco da Silva
- Plebiscito sobre regime de governo, por Fernando Batista Bolzoni
- Diretas Já — por Luiz Ignacio Lula da Silva
- Diretas em 1988 — por Mário Covas
- Na terça-feira, entre 15h e 19h30m, será a vez das emendas que propõem a revisão territorial, para a criação de seis novos estados.